



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e quinze minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E NOVE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E NOVE, BEM COMO A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PONTO TRÊS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E DEZ DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Fonseca Casebre; Manuel Botas Soares; Maria José Duarte Serôdio Dias; Maria José Carvalho Marques Cardoso; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Duarte José Vinhais da Mota Cerveira; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela Santos Ferreira Cunha; Fernando Manuel Oliveira Botas Videira; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Samuel Amorim Prôa; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Domingos Manuel Monteiro Martins; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador) e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso (Vereadora). -----

----- Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Boa noite meus senhores e minhas senhoras. Verifico que existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão ordinária do mês de Abril do corrente ano. -----

Verifico que existem caras novas, uma na bancada da CDU e duas na bancada do PS. Saúdo-vos a todos, e espero que sejam participativos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Peço à Mesa da assembleia para fazer o seguinte aviso prévio à Assembleia: -----

O nosso sistema de som, devido à idade, nestes últimos dias tem-nos dado algumas preocupações, nomeadamente falhas nos registos de áudio. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Os nossos técnicos estudaram a alternativa, que passa pelo registo informático. Esta alternativa já foi testada durante a tarde, mas não estão seguros que esta seja fiável, pelo que peço a compreensão a toda a Assembleia, para o caso de existirem algumas dificuldades no decorrer da sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Feito este ponto prévio, que nos coloca de aviso para eventuais dificuldades que possam advir, espero que os constrangimentos sejam mínimos e que possamos levar a sessão sem interrupções. -----

Conforme convencionado na reunião da Comissão Permanente, peço que cada representante dos grupos políticos com assento nesta Assembleia faça as intervenções evocativas do vinte e cinco de Abril. -----

Deste modo, solicito que o Grupo do Partido Socialista inicie as intervenções. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) » » Comemorou-se no passado dia vinte e cinco de Abril o trigésimo sexto aniversário da revolução dos cravos, que nos permite estar aqui nesta Assembleia, livremente, exprimindo as nossas opiniões livremente e pontos de vista, na mais absoluta liberdade. -----

Será certamente no poder autárquico que o 25 de Abril é mais visível e praticado. Sendo certo que a voz do povo representada pelo poder Municipal é desde há séculos o pilar principal da nossa portugalidade. E nós, representantes deste Concelho, temos a obrigação de continuar a tradição que nos vem sendo transmitida ao longo de gerações. Por isso, neste Concelho se têm cumprindo Abril. Basta para tal recordarmos o que era este Concelho, o modo e a forma como viviam os seus habitantes, e se vive hoje. Ver-se-á certamente o progresso que tem havido por todo o lado. É certo que haverá muito para fazer e corrigir alguns erros do passado. -----

Somos um Município em que muito se tem feito para melhorar a vida das populações. Por isso se tem apoiado o processo do desenvolvimento das nossas escolas, com novas construções e novos conceitos, como o PET 21. No ambiente, com a sensibilização das populações á reciclagem e ao saneamento. -----

A rede de saúde, embora não seja certamente a que todos desejamos, mas é a possível, e tem vindo a dar a resposta exigida, graças aos seus profissionais. No associativismo, enfim...em tudo aquilo que respeita ao Município. No entanto, ao pretendermos continuar Abril, temos de nos recordar que o tempo não pára perante as exigências de um Mundo Global, que alterou de certo modo algumas ideias de há trinta e seis anos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Hoje, a visão económica do Mundo é muito diferente. Os países suporte da economia são outros. A investigação ganhou outra visibilidade e as novas tecnologias são o caminho que temos de continuar a apoiar e a percorrer. -----

Cada vez mais a valorização profissional assenta na área dos conhecimentos adquiridos, e aqui a escola será um facto de extrema importância. -----

Vamos todos continuar Abril e ajudar Portugal a progredir. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva Portugal! -----

ANA CASEBRE (Grupo MICA) » » Vamos hoje nesta sessão da Assembleia Municipal de trinta de Abril de dois mil e dez evocar a data “histórica” do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o que por si só já permite perceber e explicar, o sentir dos direitos de cidadania, no reconhecimento de valores fundamentais, como a liberdade de expressão e a concepção de uma sociedade mais solidária e mais justa, que se tornou num objectivo para todos os cidadãos. -----

Trinta seis anos depois do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro não faltará matéria de reflexão, quando assistimos ao completo esvaziamento dos poderes das Assembleias Municipais, por um lado e por outro, a uma diluição da democracia participativa e uma descrença dos cidadãos, desencantados da politica, iniciando um tempo de decadência em que é apropriado não pensar, mas apenas comentar. -----

Evocar o 25 de Abril em dois mil e dez é um continuar a ter sonhos e esperanças em projectos colectivos, dar forma às legítimas aspirações das populações e concretizar os seus desejos de uma cidadania de vivência em Liberdade e Democracia. -----

Evocar o 25 Abril em dois mil e dez é podermos continuar a pretender contribuir de forma decisiva para concretizar activamente a nossa participação nas decisões estratégicas no nosso Concelho, traduzindo em qualidade de vida as suas expectativas, quer nas zonas urbanas, quer nas rurais em todo o Município, honrando assim o nosso compromisso político firmado através da respectiva opção do voto dos cidadãos legitimamente expresso. -----

Evocar o 25 de Abril em dois mil e dez é ainda, podermos transmitir aos cidadãos alguns dos valores de Abril, da liberdade, fraternidade e solidariedade, continuando a sonhar e ter esperança de que haja sempre um Abril, renovado de ideias, numa sociedade que ciclicamente gera desequilíbrios, como exclusão, marginalidade e injustiças, sendo fundamental e salutar que os jovens, em especial, sintam a necessidade de serem os futuros arautos dos desvios e os defensores dos nobres



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ideais que enriquecem sempre as comunidades de cidadãos criando assim uma sociedade mais justa e equilibrada. -----

Finalmente não podemos deixar de referir o acontecimento de cuja existência se fica a dever ao 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro – referimo-nos concretamente ao FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE – FIFCA dois mil e dez, uma iniciativa e organização do Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo, em colaboração com as instituições vivas do concelho de Almeirim e que teve o apoio da Câmara Municipal, e que foi, simultaneamente, um momento de espectáculo cultural de qualidade e um convívio entre povos e costumes, que transportaram consigo o que de mais valioso uma civilização tem: as suas gentes, a sua cultura e a sua história, constituindo deste modo as comemorações do 25 de Abril no nosso Município. -----

MARIA JOSÉ (Grupo da CDU) »» Estamos hoje aqui a comemorar o trigésimo sexto aniversário do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o dia em que Portugal viu nascer uma promessa de um futuro de paz, de justiça, de desenvolvimento, trazida pela coragem dos capitães de Abril, onde se pode salientar a figura de Salgueiro Maia, jovem Capitão, que em conjunto com os seus companheiros, partindo de Santarém naquela madrugada rumo aquela concretização de um sonho de um povo. O dia em que Portugal viu acabar uma ditadura de quase meio século, onde a PIDE, a repressão, a prisão, tortura, o assassinio, a censura, a guerra, a corrupção, a pobreza, a miséria, a fome, as gritantes injustiças sociais e o analfabetismo, foram as marcas desse tempo sinistro. Nunca será demais lembrar e prestar aos capitães de Abril, aos muitos homens e mulheres que através das suas vidas de luta e coragem, que durante a ditadura contribuíram para acabar com o poder fascista e abrir a portas da esperança de uma nova vida. Também nunca será demais relatar aos nossos jovens estes acontecimentos, para que em tempo algum se venha a repetir. Também em Almeirim houve oposição, homens e mulheres, que antes do 25 de Abril puseram em risco as suas vidas para lutar pela liberdade, para que todos pudessem ter uma vida melhor. São homens e mulheres de Almeirim, cuja história ainda esta por escrever. E que temos o dever de conhecer, recordar e homenagear devidamente. Também Almeirim viveu a revolução de Abril, e também aqui se abriu a um tempo de alegria, de progresso, de liberdade e democracia, e onde se plantou as sementes do seu desenvolvimento. Mas Abril constrói-se todos os dias, e trinta e seis anos depois, é urgente garantir os direitos que foram consubstanciados na Constituição da República em mil novecentos e setenta e seis, que nos dita; “todos tem direito à protecção na saúde”, por isso o estado tem de garantir uma eficaz cobertura médica e hospitalar de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

todo o país. Mas no nosso Concelho existem mais seis mil e setecentas pessoas sem médico de família, ou seja, cerca de vinte sete por cento dos inscritos no Concelho, cujo acesso aos cuidados de saúde está assim mais dificultado. Para se obter uma consulta médica, é necessário passar horas de madrugada a guardar lugar, ao frio e chuva. -----

Diz a nossa Constituição que; “todos tem direito ao trabalho”, por isso o Estado tem de executar políticas de promover o emprego e a segurança no emprego. Mas em Almeirim o desemprego afecta sete mil duzentos e cinquenta e sete trabalhadores, de acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, referente ao passado mês de Março, representando treze por cento da população activa no nosso Concelho, valores acima da média Nacional. São famílias de Almeirim, que vivem diariamente graves dificuldades com o conseqüente crescimento da pobreza e da miséria, que na procura de uma melhor solução, encontram resposta para alguns dos seus problemas na emigração, tal como se verificava nos piores anos do salazarismo. Não podemos esquecer aqueles que tendo o seu trabalho, estão sujeitos aos baixos salários, à precariedade e à falta de apoios sociais. -----

Queremos ainda recordar que foi ainda em Maio de mil novecentos e setenta e quatro que milhares de trabalhadores puderam pela primeira vez manifestar-se livremente em Portugal, celebrando assim o 1º de Maio e o direito ao trabalho. -----

Neste ano que também se comemora o centenário da República, que abriu uma nova etapa na nossa história, permitindo avanços políticos e sociais, consagrando direitos formais a todos os cidadãos. -----

República que nos trouxe os conceitos de igualdade, de fraternidade, de serviço publico e de causa publica. É estranho que partidos políticos que se dizem democráticos, procedam à privatização de serviços públicos essenciais, num claro retrocesso e sua inversão de caminhos abertos pela república e pelo 25 de Abril. É necessário exigir que o poder autárquico local desempenhe o seu papel fundamental na defesa da preservação dos serviços públicos essenciais e estratégicos para o desenvolvimento, nomeadamente da água, cuja gestão está agora numa lógica privatizado e mercantilista. Cabe também ao poder local e aos seus representantes garantir uma boa gestão e transparência dos recursos públicos e a sua utilização em prol do bem-estar de todos os cidadãos. -----

O Grupo da CDU, considera que é preciso retomar urgentemente os caminhos de Abril, as suas conquistas, os seus direitos, a sua determinação e a certeza de quem construiu uma sociedade sem desigualdades, tendo em vista a construção de um país



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

livre, mais justo, mais fraterno, para que todos em Almeirim possamos viver os valores ideais de Abril. Temos todos a responsabilidade, como representantes do poder local, atender às preocupações e necessidades das nossas populações, garantindo mais solidariedade e mais democracia. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva o 1º de Maio! -----

Viva Almeirim! -----

Luiz Inês (Grupo da PPD/PSD) »» Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim; Exmos. Senhores Vereadores; Exmos. Senhores Deputados Municipais; Exmo. Público. -----

A grande conquista da democracia é a liberdade. Liberdade de poder opinar, de escolher o caminho, de poder participar na vida em sociedade. Liberdade, acima de tudo, é responsabilidade e ter a percepção bem definida dos deveres e não só dos direitos. -----

O 25 de Abril foi feito para se construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática, bem presente no poema de Sophia de Mello Breyner. -----

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Para além da liberdade, o 25 de Abril disponibilizou também, na sua matriz, o acesso universal à educação, à saúde, à justiça social, etc., por parte do povo português. Contudo e ao longo dos tempos fomos constatando que todas essas conquistas em vez de atingirem a plenitude, foram paulatinamente desvirtuadas, condicionando a garantia efectiva desses direitos para a tão almejada qualidade de vida dos nossos cidadãos. Na educação privilegia-se a aquisição de competências e as atitudes em detrimento do saber, encaminhando as futuras gerações, neste contexto global, para serem os novos escravos do século XXI; na saúde dão-se facadas fatais no serviço nacional de saúde; na justiça, só os poderosos e abastados financeiramente têm possibilidade de se fazerem valer; na justiça social incentiva-se o assolar de uma nova classe profissional, os subsídios dependentes; na participação cívica e profissional premeia-se a delação, a subserviência, em detrimento do mérito e da competência; e no exercício da função política defende-se acerrimamente o corporativismo ideológico/partidário em vez da defesa da causa pública, a abstracção no cumprimento



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

da Lei quando esta não está a jeito, e a limitação ou condicionamento de intervenção e participação democrática de quem não está no poder. -----

Abril não está presente nos lares da terceira idade, pagos a peso de ouro, onde os nossos idosos acabam por deixar tudo o que lhes restou nos últimos dias de vida. -----

Não está igualmente presente nos discursos de alguns políticos que, sinuosos e inconsequentes, continuam a debitar toneladas de palavras redondas em frases ininteligíveis, para não falar na venda ao desbarato de ilusões, que conduzem invariavelmente a um desventurado destino e recuo relativamente à Europa desenvolvida. -----

As consequências estão bem presentes na nossa realidade. Constatamos um Portugal de elevado desemprego, de falta de qualificações, de crescimento económico nulo, de crescente endividamento, de maior insegurança urbana, de desprestígio internacional, de permanentes ameaças dos mercados, de portugueses a sofrer dificuldades e com fraca esperança no futuro. -----

O povo continua explorado e humilhado e quem se pode vangloriar com estes trinta e seis anos de regime dito de democrático são alguns demagogos oportunistas, coroados de paizinhos da democracia, as camarilhas partidárias, os infames ditos gestores da causa pública, a maçonaria, a banca, etc, etc. -----

Apetece-me cantar o refrão da música com o título “os vampiros” do saudoso Zeca Afonso que dizia de forma muito conveniente e bem adaptada à realidade actual que ELES COMEM TUDO E NÃO DEIXAM NADA. -----

Até a Associação 25 de Abril, no seu comunicado alusivo à data, questionou, espante-se, “**se foi para isto que se fez o 25 de Abril?**” referenciando a necessidade de um novo dia de libertação. -----

Estamos perto do abismo representando um fim de ciclo com estreita similitude à queda da Monarquia, do fim da 1ª República e do fim do Estado Novo. -----

Sinal disso é a contundente mensagem do Exmo. Senhor Presidente da República que no discurso comemorativo da efeméride, apelou para a “*necessidade de qualidade da Democracia, ancorada numa classe política qualificada com critérios de rigor ético, exigência e competência*”. *Afirmou ainda para a necessidade “que os agentes políticos se empenhem na prestação de contas aos cidadãos, que os portugueses conheçam e compreendam o sentido e os objectivos das medidas que vão sendo adoptadas, que exista clareza e transparência na relação entre o poder político e a comunidade cívica”*. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Temos de voltar a gritar bem alto que o POVO É QUEM MAIS ORDENA e expurgar de vez com este Estado clientelar, corrupto e totalitário e que alimenta indivíduos saídos do povo, mas que se comportam como se não fizessem parte dele, pelas mordomias, estatuto e desprezo com que votam os outros. -----

Queremos esperança e que as gerações vindouras possam ser capazes de recuperar o significado que a nossa geração deixou apodrecer. -----

“Temos de dar aos jovens a ideia de Democracia como um código moral e um sentido de identidade colectiva”. -----

Não queremos um 25 de Abril que se veja como um ritual e um dia em que se vendem cravos, esvaziado de qualquer conteúdo. -----

Queremos um 25 de Abril que faça parte daquela categoria de acontecimentos que faz retornar a política à sua dimensão essencial: a de um gesto inaugural que, contra todos os cálculos imediatos reivindica a urgência de uma atitude de cidadania. -----

VIVA O 25 DE ABRIL! -----

VIVA A DEMOCRACIA! -----

VIVA A LIBERDADE! -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Uma vez feitas por todos os grupos a evocação do 25 de Abril, peço-lhes que me permitam dizer algumas palavras que serão breves, embora seguramente sentidas. -----

No passado Domingo comemoramos mais um 25 de Abril, o trigésimo sexto. Foi a revolução dos cravos que nos permitiu efectivamente instaurar uma democracia, que sob o ponto de vista formal e político, pode-se dizer plena. É no entanto uma democracia, nos dias que correm, reveladora de carências sociais e económicas, que nos devem deixar um pouco perplexos, por onde vamos e onde estamos, que nos devem motivar para os tempos futuros. -----

Efectivamente, quando se vê o desemprego alcançar os valores a que chegou, faz-nos sentir necessariamente insatisfeitos com a democracia que vivemos. -----

Se a globalização arrasou os sectores tradicionais da nossa economia e nos obrigou a competir com países onde os salários são miseráveis e as regalias sociais são inexistentes. A crise e a especulação financeiras fizeram o resto. Ao colocar as empresas, em particular as pequenas e médias empresas e a nossa economia em geral, em dificuldades sérias. Por outro lado, outro flagelo que é não termos conseguido até agora fazer a distribuição da riqueza tal e qual como o 25 de Abril exigia. Apesar de termos que admitir que existiram esforços por parte de alguns governos em dar respostas sociais necessárias e adequadas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O leque salarial, apesar de tudo é cada vez maior, e já não é só no futebol, infelizmente que acabamos por verificar que um indivíduo é capaz de ganhar mais num mês, aquilo que um cidadão comum muitas vezes não consegue ganhar numa vida inteira de trabalho. Por tudo isto, e para pudermos merecer Abril, julgo que temos de pensar seriamente em reestruturar e requalificar a democracia. Embora o papel do Estado possa ter que vir a ser revisto, julgo que este não se pode mais eximir ao papel de regulamentar o poder político/financeiro. Se efectivamente devemos continuar a admitir e acarinhar a méritocracia o Estado tem de saber controlar as gulas de outros, as gulas incontroláveis de outros. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva Portugal! -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por vos dar a conhecer o expediente que foi recebido pela Assembleia Municipal: -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea B do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte seis de Fevereiro de dois mil e dez, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Boletim da ANMP, referente aos meses de Fevereiro e Março de dois mil e dez; Circular a solicitar apoio em materiais de construção ao Município do Funchal. -----

BMA – Banda Marcial de Almeirim – Ofício/convite para assistir à estreia do espectáculo “A Casa de Bernarda Alba”, no dia dezassete de Abril pelas vinte e uma horas no Cine Teatro de Almeirim. -----

OS VERDES – Ofício a enviar proposta de aditamento ao Orçamento de Estado para 2010 - PIDDAC. -----

GOVERNO CIVIL DE SANTARÉM – Convite para estar presente na apresentação do Projecto “(RE) Ver a Pobreza” no Salão Nobre do Governo Civil , no dia vinte seis de Abril, pelas catorze e trinta horas. -----

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – Convite para assistir à primeira de duas conferências programadas (Paz, Pão e Habitação) no auditório do edifício sede do DHRU. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Ofício a enviar relatório de actividades, no sentido de dar cumprimento à Lei cento e quarenta e sete barra noventa e nove de um de Setembro. -----

CMS – Câmara Municipal de Santarém – Convite para assistir à cerimónia de formalização da Constituição da Fundação da Liberdade, que terá lugar na Antiga Escola Prática de Cavalaria, no dia 25 de Abril pelas dezasseis horas e trinta minutos.

JUNTA DE FREGUESIA DA RAPOSA – Convite para assistir ao Festival de Acordeão no dia vinte e sete de Março, na Casa da Cultura da Raposa; Convite para estar presente nos festejos do trigésimo sexto aniversário do 25 de Abril, no parque de merendas da Raposa. -----

BELIEVE – Ofício/convite para conferência “A Relação entre Sistema Financeiro (Banca) e as Empresas no Actual Contexto Económico”, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a enviar as alterações ao PDM que o compatibilizam com o PROT; Ofício a solicitar a marcação de uma Assembleia Municipal ordinária para o dia trinta de Abril; Ofício a solicitar um ponto para a OT relativa à composição do Conselho Cinegético de Almeirim; Ofício a enviar as actas das reuniões de Câmara aprovadas, desde Fevereiro a cinco de Abril de dois mil e dez

Alberto Henriques Narciso Pereira da Silva – Ofício a solicitar a suspensão de mandato até trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, Ofício a enviar “Relatório e Parecer Fiscal Único” e a “Certificação Legal de Contas” -----

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Armindo Castelo Bento (MICA); Helena Isabel Pereira da Silva Gerardo (CDU); Carla Marina Sousa Jesus da Silva (PS); Susana Margarida Fernandes Mendes (MICA); Mónica Teresa Pereira Ramalho Galão (MICA); Aquilino Manuel Pratas Fidalgo (MICA); Carlos Alberto Coelho Arraiolos (MICA); Vera Maria Cortimpau Soares (MICA); Tiago Rodrigues da Silva Correia de Campos (MICA) e José Rodrigues (CDU).-----

-----**PERÍODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA**-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea A do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Quero-vos dar conta que não é colocada à apreciação e votação a acta da última Assembleia, porque ao contrário daquilo que tem sido pedido, os diversos grupos políticos não fizeram chegar a tempo e horas as alterações, de modo a ser apreciada. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Penso que o senhor Presidente, por lapso se esqueceu de referir as propostas que Os Verdes enviaram sobre o PIDACC para o Distrito de Santarém. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » A minhas desculpas, pois saltei um paragrafo. ----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Entraram na mesa dois votos de saudação relativos ao 1º de Maio, um do grupo da CDU e outro do grupo do PS. A Mesa tem ainda uma proposta do grupo do PS sobre um voto de louvor à equipa feminina de FUTSAL da Associação Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, pela conquista da Taça do Ribatejo. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Gostaria de confirmar com o que diz a Mesa o que entrou. Diz ter entrado na Mesa uma Moção do 1º de Maio da CDU, um voto de Louvor do Festival do Folclore do PS, uma do ACES/Saúde do PS, outra do PS sobre o FUTSAL e uma do MICA relativa ao 25 de Abril. A bancada do PSD não tem mais nenhuma, não sabemos se falta mais algumas? -----

MARIA JOSÉ (Grupo do PS) » » O voto de louvor e saudação sobre o folclore foi distribuído a todos os grupos políticos excepto à mesa, por razões técnicas, isto é, falta de papel na impressora. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Dado que existe algum desencontro entre o que se passa em cada grupo politico e o que se encontra na mesa, gostaria de pedir que fizessem chegar à mesa todos os votos, todas as recomendações e todos os outros documentos que entendam que devem entrar neste ponto da ordem de trabalhos. -----

-----Voto de Congratulação-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » O Grupo do Partido Socialista, propõe um voto de louvor à equipa de FUTSAL feminino, da Associação Desportiva e Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, pela conquista da Taça do Ribatejo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Está à consideração da Assembleia, o voto de Louvor sobre a equipa de FUTSAL feminino de Paço dos Negros. -----

----- * **Votação do voto de louvor à equipa de FUTSAL feminino de Paço dos Negros:** Aprovado por unanimidade. -----

-----Voto de Saudação-----

No próximo dia 1º de Maio, comemora-se os cento e vinte anos do Dia Internacional do Trabalhador, que celebra a longa luta dos trabalhadores por condições de trabalho mais justas, mais dignas e democráticas. -----

Nesta data, os trabalhadores vão reafirmar a sua luta pelo direito ao trabalho, a um salário digno, a um horário que permita conciliar a vida familiar, por melhores



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

condições de segurança, higiene e saúde no trabalho e a sua recusa das injustiças e do trabalho precário. -----

Este 1º de Maio de dois mil e dez, levará muitos trabalhadores para a Rua para exigirem medidas para pôr fim ao desemprego (só em Almeirim, treze por cento da população activa está desempregada), à pobreza e à exploração desenfreada. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim reunida a trinta de Abril de dois mil e dez, saúda o 1º de Maio, a luta dos trabalhadores em defesa do direito ao trabalho e do trabalho com direito. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim, saúda os trabalhadores do Município. -----

O Grupo da CDU -----

----- * **Votação do voto de saudação sobre o 1º de Maio:** Aprovado por unanimidade. -----

-----Voto de Saudação-----

Comemora-se amanhã o dia do trabalhador data festejada por todo o Mundo, mas com algum grau de preocupação dado que os tempos que vivemos, em especial no chamado mundo ocidental não nos deixam vislumbrar facilidades no curto prazo. -----

Certamente iremos viver tempos algo conturbados, dado que a solução para a situação existente não é fácil em especial na União Europeia em que a taxa média de desemprego é de dez por cento e a do nosso país é ainda um pouco superior. -----

Estamos certos que os trabalhadores Portugueses farão parte da solução da situação que vivemos actualmente. -----

Vale a pena continuar a acreditar num Sindicalismo Democrático. -----

Viva os Trabalhadores Portugueses. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

----- * **Votação do voto de saudação sobre o 1º de Maio:** Aprovado por unanimidade. -----

-----Voto de Congratulação-----

Considerando que as Colectividades Desportivas e Culturais são o garante de uma componente importante na formação integral do individuo; -----

Considerando que nesta sua acção se substituem ao Governo e às Autarquias com vantagem, tendo em conta a interacção que conseguem com as famílias; -----

Considerando que desta acção resulta também uma dinamização de actividades que mobiliza as populações; -----

Considerando também que quanto melhor forem os resultados desportivos melhor será a concretização dos objectivos de ordem social; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Propõe-se um voto de congratulação pela subida da equipa do Hóquei Clube “Os Tigres” da terceira à segunda Divisão e se reconheça publicamente o mérito da acção de Jogadores, Equipa Técnica e Direcção na obtenção deste tão dignificante resultado. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

----- * **Votação do voto de Congratulação aos “Os Tigres”**: Aprovado por unanimidade. -----

-----Voto de Louvor-----

Apresentamos este voto de louvor pela realização do Festival Internacional de Folclore de Almeirim (FIFCA) que veio – mais uma vez – iluminar o nosso Concelho e dar-lhe uma grandíssima visibilidade. É mais um evento a acrescentar a todos os outros, mais antigos, que já existem. Já publicamos há muito tempo a nossa tradição gastronómica, os nossos vinhos, a nossa alegria de viver e, agora, temos uma valorização mais mediática do nosso Folclores. É este folclore, que é nosso, que nos traz o além fronteiras perto de nós. Acolhemos centenas de participantes estrangeiros, vindos da Escócia, Grécia, Lituânia, Polónia, Bulgária, Ucrânia e Turquia. -----

Os grupos estrangeiros convidados foram excelentes e os nossos estiveram à altura do desafio. Saíram todos do nosso país contentes, realizados, cientes de que o nosso Concelho de Almeirim é um lugar, onde convivem vários grupos folclóricos, mas também um lugar que sabe acolher muito bem quem o visita. -----

Assim, propomos um Voto de Louvor a todos s que tornaram possível a concretização do mesmo: a organização, os voluntários envolvidos, assim como a ajuda das várias freguesias e do executivo camarário. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Solicitei o uso da palavra para em nome da Freguesia de Benfica do Ribatejo manifestar a nossa satisfação e orgulho pelo feito histórico alcançado com a realização deste festival em Benfica do Ribatejo. Foi um festival que alcançou largamente as suas expectativas iniciais, para mais tarde alcançar um pleno de satisfação, alegria e orgulho de todos quantos nele participaram. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» No anterior mandado havia muitos maus hábitos, pelo que quero manifestar o meu direito de voto, expressando-o com o levantar do braço. O direito de voto está consagrado na Lei. -----

Eventos destes são para continuar com o apoio da Junta de Freguesia. -----

Também não queria deixar passar este momento sem deixar de me congratular e louvar esta iniciativa. Pela segunda vez corre tudo pelo melhor. O grupo de folclore de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Benfica, que teve a iniciativa de lançar este evento, está de parabéns, conseguiu envolver todos os grupos do Concelho, pelo que a CDU presta o seu reconhecimento a todos aqueles que deram o seu trabalho e o seu empenho neste festival. -----

----- * **Votação do voto de Louvor ao “Festival Internacional de Folclore de Almeirim”** – Aprovado por maioria com vinte e três votos a favor e duas abstenções do grupo do PS. -----

-----Voto de Recomendação-----

O Decreto-lei número vinte e oito de dois mil e oito de vinte e dois de Fevereiro teve como principais novidades a criação de agrupamentos de centros de saúde (ACES), serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos de várias unidades funcionais, que agrupam um ou mais centros de saúde, e que tem por missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica. Cada unidade funcional assenta numa equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica, estando garantida a intercooperação com as demais unidades funcionais do centro de saúde e do ACES. – A missão do ACES consiste em garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica, desenvolvendo actividades de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados. -----

No dia doze de Abril de dois mil e dez, à tarde, acompanhei, eu Maria José Dias, uma colega minha ao atendimento complementar, no Centro de Saúde de Almeirim, pois sofrera uma queda no pátio da escola e magoara a mão. -----

Havia médico, mas não havia nem enfermeiro nem radiologista. A minha colega foi encaminhada para Santarém. -----

A ausência destes dois elementos foi-me explicada com o gozo de férias, o que é um direito intocável e inalienável de todos os trabalhadores. Este tipo de situações já se verifica antes da formação dos ACES. -----

Pressupomos que um dos objectivos dessa mesma criação era evitar a falta de recursos humanos pela partilha de mobilidade. -----

Neste caso a partilha não foi feita ou há falta de recursos humanos. -----

Esta informação é valiosa para que se apure a eficácia, em termos de qualidade de serviço e para um melhor conhecimento do funcionamento do nosso ACES por parte desta Assembleia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Recomenda-se, então, ao nosso representante da Assembleia Municipal incluso nesta estrutura, que se inteire da situação e verifique se se trata de uma má gestão de recursos ou da falta deles. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) Nós, grupo da CDU, subscrevemos esta recomendação, porque ela relata um conjunto de situações que vêm sucedendo há muito tempo no Centro de saúde de Almeirim. Penso que o Executivo tem uma palavra muito forte a dizer sobre este péssimo serviço que é prestado à população de Almeirim ----- * **Votação da Recomendação sobre o “ACES”**: Aprovado por unanimidade. --

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » não serve para dar nenhuma justificação, mas sim para clarificar. Efectivamente os Centros de Saúde foram agrupados nos ACES, no caso da nossa zona, foram constituídos dois, um na margem esquerda e outro na margem direita do Tejo. Nós fazemos parte do ACES da Lezíria. Os agrupamentos por si alteram em muito pouco ou nada o funcionamento dos Centros de Saúde. Aquilo que efectivamente constitui um salto qualitativo importante, é quando nos centros de saúde se consegue que os profissionais se organizem em unidades de saúde familiares, porque nessas, efectivamente existe capacidade para os profissionais se inter-substituírem, ou seja, os utentes de um determinado médico podem ficar com o direito à assistência assegurado, mesmo que o seu próprio médico se ausente por qualquer outro motivo. Existe a obrigatoriedade de substituições. Enquanto os centros de saúde continuarem organizados, e a funcionar em moldes tradicionais, esta obrigatoriedade não existe e o direito às férias, um direito inalienável. Não justifica, mas de certa maneira percebe-se porque é que a constituição de um ACES modifica em muito pouco o funcionamento das coisas. A constituição das unidades de saúde familiares, essas sim, pode constituir um passo qualitativo importante na melhoria dos cuidados. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » peço desculpa, mas penso que por lapso o senhor não se referiu aos assuntos de interesse local. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Não me chegou nenhuma indicação nesse sentido. No entanto, como continuamos no tempo destinado a este período da ordem de trabalhos, e se efectivamente existe algum assunto de interesse local, faça favor de o apresentar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos. Tenho alguns assuntos, algumas questões e situações por levantar, também no período antes da ordem do dia. -----

Gostava de saber em relação às Fazendas de Almeirim, se as Ruas vão ser alcatroadas, independentemente de terem ou não esgotos? -----

O que está planeado relativamente a isso? Gostava de manifestar, até porque foi apresentado na leitura da correspondência, e tenho aqui um aviso de dois mil e dez, relativamente ao Plano Director Municipal, e dado que isto é o mais importante instrumento de gestão e ordenamento territorial que nós temos no município, gostava de saber, se possível, quais são as alterações que estão a ser propostas neste aviso?

Gostava também de saber, relativamente ao município de Almeirim se já foi feita alguma coisa relativamente ao acompanhamento da Lei sobre parques infantis?

Gostava de saber quando é que a versão final do relatório do IGAL estará pronta?

Gostava de inquirir relativamente ao revisor oficial de contas, dado estar na leitura da correspondência, que o Dr. Alberto Henriques Narciso Pereira da Silva enviou um ofício a solicitar a suspensão de mandato até trinta e um de Dezembro de dois mil e dez quem será o seu substituto? -----

Quero aproveitar para informar toda a Assembleia que foi entregue um protesto escrito à mesa, relativamente ao não cumprimento da Lei vinte e quatro de noventa e oito. Isto é, o estatuto do direito da oposição. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Em relação ao protesto que entregou na mesa, já o tinha despachado para ser entregue ao Executivo Municipal, que lhe fará o que melhor entender. -----

Aproveito para dar a palavra ao executivo de modo a fazer as considerações que entender. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Pedia que me fossem remetidas todas as perguntas por escrito, porque realmente são uma série delas, e francamente, algumas delas não tive tempo de registar. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Gostaria de fazer uma pergunta ao senhor Presidente sobre o seguinte; aquele troço entre o “Pingo Doce” e a estrada Vale Barrocas é para ser aberto quando? Parece que o troço já está pronto! Faço esta questão, porque diariamente me questionam sobre a sua abertura. Deste modo poderei informar detalhadamente o que se o passa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O troço não está acabado, porque a sua ligação à estrada vale barrocas faz-se através de uma rotunda que não está completamente



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

construída. Sem essa rotunda a entrada e saída no troço da circular seria conflituosa e insegura para o trânsito. Neste momento já temos adquiridos os terrenos para continuar a circular urbana até à estrada municipal 578, a que liga Almeirim às Fazendas de Almeirim, e nessa altura vamos começar por acabar aquela rotunda para abrir o troço e depois construir os outros dois. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» ainda sobre esta matéria, não compreendo como é que foi possível lançar uma empreitada e um concurso com uma parte dos terrenos ainda por expropriar. O que eu gostaria de dizer é o seguinte: No meu primeiro mandato como Vereadora, foi adquirido pela Câmara um lote de terreno no topo da Rua Vasco da Gama, com grande emergência, para abrir uma ligação. Na rua Filipa de Vilhena foi alugado pela autarquia, um conjunto de lojas para instalar a Comissão de agrupamentos de Saúde. -----

Gostaria de saber se estamos a pagar as rendas destas lojas? -----

Por fim, gostaria de pedir ao senhor Presidente da Assembleia que fizesse cumprir a Lei, visto que esta assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma resolução apresentada pela CDU, no sentido de serem tomadas medidas urgentes para resolver ao problema de segurança provocado pela entrada das garagens nos prédios ALFA, na Zona Norte. Já passaram vários meses e tudo continua na mesma. O executivo Municipal nada fez para resolver o problema. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Agradecia à senhora deputada Manuela Cunha que me fizesse chegar por escrito as questões que levantou, e que gostaria de ver respondidas. -----

Sobre a intervenção do deputado João Lopes, tomei nota de algumas, mas por ventura poderá ter-me escapado alguma, pelo que peço que faça chegar à mesa as questões, de modo a poder responder. -----

Dou por concluído o período antes da Ordem do Dia. -----

Vamos passar ao Período da Ordem do Dia. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer a habitual introdução do primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Não vou referir-me à informação escrita, vou antes fazer-lhe uma proposta, que peço que ponha à consideração da Assembleia, que é retirar o ponto sete da ordem de trabalhos, visto que me chegaram ao conhecimento alguns elementos que me levam a alterar o conteúdo dessa proposta, sobretudo na área de cedência. Pedia assim que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » se não houver inconveniente para a assembleia, e antes da entrada na apreciação da Informação escrita, colocaria à consideração a retirada do ponto Sete da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação da proposta para que o ponto sete seja retirado da ordem de trabalhos.** -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Votamos a favor, mas gostávamos de ter uma dica da razão pela qual o senhor Presidente solicitou a retirada do ponto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Se o senhor Presidente da Câmara entender dar algumas razões que a tenham levando a fazer este pedido, pode fazê-lo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » As razões são que não tenho elementos suficientes. –

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Estou arrependida de ter votado a favor. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Votamos a favor da retirada do ponto, porque acreditamos na palavra do senhor Presidente da Câmara, no sentido de ele não possuir toda a documentação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Pedia agora que quem estiver interessado em se pronunciar sobre a informação escrita, que o fizesse. -----

ANA CASEBRE (Grupo do MICA) » » Gostaria de ver esclarecido um pequeno aspecto; consta da informação escrita da actividade da Câmara que está em fase de conclusão a substituição da rede de águas de Paço dos Negros. Sendo assim, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, atento que está com toda a certeza à situação insustentável no meu entender, que estão as Ruas de Paço dos Negros. Se isto pressupõe o início de trabalhos de repavimentação das Ruas ou não?



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

E, em caso afirmativo, se pode apontar alguma data? Faço as mesmas questões para Foros de Benfica. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Relativamente a esta informação escrita, antes de mais quero começar por dizer que mais uma vez não nos é dada qualquer informação ou indicação ao nível dos processos judiciais, conforme é obrigatório por Lei. Como isto é um assunto recorrente, recorrentemente falarei dele, independentemente do barulho de fundo que fizerem de propósito para tentarem que me cale. -----

Quero também dizer que deveria ser entregue, dado que nós somos um órgão fiscalizador, elementos de contas que nos permitissem efectivamente fiscalizar e exercer as competências do número um do artigo cinquenta e três. -----

De qualquer maneira devo dizer que fico um pouco surpreendido com a falta de informação quando leio esta informação escrita, dado que a Câmara Municipal participa em algumas entidades e eu sei apesar de não constar aqui, que houve uma alteração de estatutos e designação de órgão sociais novos na ECOLEZIRIA. Para quem também não sabe, as Águas do Ribatejo também designaram órgãos sociais. Para quem não sabe, fica a saber que em dois mil e nove a empresa ALDESC fez a sua prestação de contas com ênfase. No entanto destas entidades nada nos é dado a conhecer nesta informação escrita. -----

A RESIURB está tecnicamente falida, e nós continuamos sem saber o que se passa. -- Relativamente às contas, e para terminar, as dividas a fornecedores são de um virgula dois milhões de euros. Já podiam estar liquidados. Não é a primeira vez que falo sobre este assunto. Vou continuar a insistir nele. -----

Existe um défice corrente, na casa dos quinhentos mil euros, e existe um défice global na casa dos trezentos mil euros. -----

As despesas correntes, pela sua execução, até ao momento parece que vão em bom ritmo e se vão efectivar. -----

Relativamente às despesas de capital, tenho algumas duvidas que se venham a concretizar. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) » » Relativamente a este ponto, continuam a verificar-se as anomalias identificadas em anteriores Informações, nomeadamente: ---- Relatório do Auditor Externo -----

Volta a não ser enviada, a este órgão deliberativo, a informação sobre a situação económica e financeira do município, o que resulta no incumprimento estipulado no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

artigo quarenta e oito, número três, alínea d), da Lei dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro; -----

Dividas a Fornecedores -----

O montante indicado, com data de doze do corrente, ultrapassa um virgula dois milhões de euros, sendo que no balanço de trinta e um de Dezembro de dois mil e nove as dividas a Fornecedores (curto prazo) são menos de metade daquele valor.

Face ao exposto, cabe perguntar: -----

O endividamento a Fornecedores terá duplicado entre trinta e um de Dezembro e meados de Abril do corrente ano? -----

Por outro lado, se consideramos que o saldo de Fornecedores indicado na Informação escrita é de curto prazo, então isso implicará que a capacidade de endividamento do município a curto prazo (cerca de oitocentos e sete mil euros, conforme mapa pagina dezoito do Relatório de Gestão), se encontra ultrapassada? -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» Quero salientar o esforço que está a ser feito na recuperação das habitações degradadas. Essa informação está aqui, mas sem relevo. Dai a minha intervenção de modo a faze-la salientar. Continuando, quero salientar ainda alguns aspectos que entendo serem igualmente importantes. Um deles, um fornecimento de refeições escolares e o outro, o ensino das disciplinas de enriquecimento curricular. Por fim gostava de ver explicado o que são campos de PADEL. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Nesta terra passa-se a vida a destruir aquilo que se construiu, e muito pouco tempo depois de se ter construído. Todos os cidadãos vêm o que se passa no Parque das Laranjeiras, e a mesma coisa no jardim da Zona Norte. É uma zona que tem menos de oito anos. Foi um projecto de uma empresa, ganho sem concurso, como todos os outros que a mesma empresa ganha, que é a DIAMETRO, e que passa a vida a refaze-los. No caso da Zona Norte, os campos de ténis, as pistas para bicicletas, agora o campo de PADEL. -----

Ainda sobre a informação escrita, gostaria de dar os parabéns às duas Vereadoras que partilham o pelouro da Educação, pela iniciativa da fruta em ambiente escolar. É uma boa iniciativa, que tem o seu valor e mérito. Espero que a fruta fornecida seja pelo menos de origem nacional. -----

Também nesta informação vem algum sobre a manutenção de edifícios escolares, que “tem continuado”. Aproveito para lembra que a P3 tem um telhado em amianto e que era urgente substitui-lo. Há uma resolução da Assembleia da República nesse sentido.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A CDU exige que venham informações decentes a esta assembleia sobre as empresas onde a Câmara tem participação, das quais o senhor Presidente ocupa cargos de responsabilidade na administração. Para acabar, queria referir-me ao SILO. Há três reuniões atrás, julgo eu, perguntei porque é que aparecia um SILO, uma vez que nunca tinha havido uma deliberação camarária sobre essa matéria. -----

Nessa altura, o senhor Presidente disse que ia ao dicionário ver a resposta. Na passada reunião já tinha ido ao dicionário e respondeu que aguardava por melhor oportunidade, nomeadamente de investimento na transformação do parque actual. Agora vejo que o concurso foi lançado. Nesta época de crise as oportunidades não faltam em Almeirim. Isto para dizer que muito é omitido ao executivo da oposição e aos membros desta Assembleia. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Eu ao contrario de muitos outros, congratulo-me com o que a Câmara faz de positivo. É também bom que se veja o outro lado. -----

Nas Fazendas de Almeirim, respigaria as ruas para alcatroar. -----

No SILO automóvel, eu acho que se deve avançar, porque é necessário arranjar lugares de estacionamento no centro da cidade para estacionar. Penso que Almeirim é das poucas cidades com mais parques de estacionamento no centro e gratuitos. Também gostava de me congratular que se tenha negociado os terrenos para os dois troços da circular urbana até à estrada municipal 578. Penso que irá retirar da Rua Padre António Vieira grande parte do trânsito que por lá se faz. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Só queria dizer ao senhor Manuel Luís Bárbara que ainda não ouvi aqui ninguém condenar o que de positivo se fez. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Quero fazer um ponto de ordem à mesa, para dizer que o senhor deputado se deve dirigir ao Presidente da Assembleia. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Só queria perguntar ao senhor Presidente da Assembleia se precisa de ajuda na Mesa? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» De momento posso anunciar que não preciso de ajuda, nem que me perguntem por isso. -----

Dou agora a palavra ao executivo para responder ao que achar conveniente. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A pergunta que vem da senhora deputada do MICA sobre a reposição do pavimento em Paço dos Negros e Foros de Benfica, vem ao encontro da nossa preocupação. Por um lado, porque tem demorado muito tempo, por outro lado com a invernia que se passou, tornando o trânsito mais difícil. Acontece porém que a reposição dessas ruas já não é financiada pelo fundo de coesão. Não



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

são financiadas pelos mesmos fundos que pagaram os esgotos e as águas. Antigamente era assim, agora não. -----

A reposição dos pavimentos vai ter de ser feita à custa da câmara. Isto para dizer que não sei qual o calendário que vou cumprir na reposição das várias Ruas destas duas localidades. -----

Sobre o consumo de fruta nas escolas, devo dizer que tem sido um sucesso esta acção e que a fruta que lá se consome é portuguesa. -----

Sobre os campos de PADEL, são dois campos que estamos a construir na Zona Norte, são dois campos de menores dimensões, mas um tanto parecidos com os campos de ténis, com um piso diferente. O que lá se pratica é um misto de ténis. -----

Sobre a empresa DIAMETRO, esta nunca fez o projecto da Zona Norte. -----

Sobre os telhados de amianto da P3, está adjudicado para ser substituído nas férias grandes. -----

Sobre o SILO, é evidente que é intenção construí-lo, mas, primeiro tem-se de fazer um concurso e um projecto para esse concurso, e é esse concurso que está lançado neste momento, não é o projecto do SILO propriamente dito. -----

Em relação à questão do senhor Videira, só não lhe irei responder agora porque obriga a algum exercício, e eu não queria correr o risco de estar a fazer contas e não acertar. -----

PONTO DOIS - APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E NOVE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E NOVE, BEM COMO A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Quero chamar a atenção da Assembleia para a necessidade de aprovar este ponto por minuta, dado que o ponto seguinte também necessita de ser aprovado por minuta. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação a estes dois documentos, eu habitualmente não faço grandes considerações, primeiro porque considero o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

documento de prestação de contas o espelho daquilo que contabilisticamente foi registado na nossa contabilidade e portanto as pessoas aprovam ou não.-----

Para prestar algum esclarecimento, caso eles existam eu peço ao senhor Presidente que os dois técnicos que estão presentes na sala, o senhor Xavier que elaborou o documento e o revisor oficial de conta senhor João Careca, pudessem prestar alguns esclarecimentos, visto que são os técnicos que estão na base da elaboração do presente documento. -----

Da minha responsabilidade é o relatório que está no início deste relatório e que no fundo é uma manifestação de tranquilidade de espírito pelo facto que durante o mandato de dois mil e nove, embora com algumas vicissitudes, o atraso da utilização do QREN, a constituição das Águas do Ribatejo...mas apesar disso, eu foco nesse relatório algumas iniciativas tomadas pelo executivo que fazem com que estejamos neste momento aqui na Assembleia com a tranquilidade de espírito de alguém que fez o suficiente para que o nosso Concelho esteja mais rico e se orgulhe do caminho percorrido em dois mil e nove. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tal como foi sugerido pelo Presidente da Câmara, não vejo inconveniente que as questões técnicas possam ser respondidas e esclarecidas pelos dois técnicos presentes. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Da análise da documentação que nos foi apresentada, destacamos: -----

No exercício de dois mil e nove verificou-se um prejuízo de três virgula nove milhões de euros, situação que confirma a tendência registada a partir de dois mil e sete (isto, porque não dispomos de dados de períodos anteriores). Trata-se quase exclusivamente de prejuízos operacionais, que no triénio ultrapassam os Quatro virgula quatro milhões de euros, em termos médios. -----

Os prejuízos acumulados ascendem a cerca de vinte e dois milhões de euros, o que é superior ao orçamento de dois mil e nove (mesmo ao corrigido). -----

Dos empréstimos obtidos: -----

Na página cento e quinze do documento de Prestação Contas de dois mil e nove. -----

Empréstimo contratado no BES – Banco Espírito Santo a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, aprovado na Assembleia Municipal a dez de Março de dois mil e oito com visto do Tribuna de Contas a dezassete de Julho de dois mil e oito; Montante quinhentos mil euros - ainda não utilizado e que curiosamente não constou no mapa de empréstimos obtidos em dois mil e oito. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Quero dizer que o PSD interpreta o relatório e contas, não só como um documento técnico, mas também como um documento político, porque é a execução daquilo que alguém propôs fazer. É uma análise política que fazemos em todos os órgãos em que estamos representados. Tal como em anos anteriores, o património que nos é fornecido não é igual ou coincidente às demonstrações financeiras. Infelizmente, apenas há vinte e quatro horas atrás é que tivemos o relatório do Revisor Oficial de Contas e a certificação legal das contas aponta para uma reserva. Ou seja, aponta algumas situações como sendo muito graves. -----

Entrando no balanço social, este permite-nos ter uma noção dos recursos humanos do município e o que sucede com eles. É muito importante que os recursos humanos de um município sejam estimados, desenvolvidos e devidamente orientados para servirem os munícipes. Mas o que o balanço social evidencia é que infelizmente a Câmara têm uma média de três virgula zero quatro horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco, e bastante menor que as sete virgula cinquenta e cinco horas do ano anterior, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. A formação teve um custo de dezasseis euros e vinte e dois cêntimos por trabalhador. Cerca de seis por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e nove, com perda de três virgula oito dias por funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver quarenta virgula setenta e cinco horas por trabalhador de ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de trezentos e trinta e oito euros e setenta e sete cêntimos por funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente; -----

Na introdução ao Relatório de Gestão efectuada pelo Presidente da Câmara, este não fez qualquer alusão aos Serviços de Desporto e Acção Social, ficando a percepção que estas áreas de intervenção social tiveram pouca relevância no ano de dois mil e nove.-----

No que concerne ao Relatório propriamente dito, a participação do Pelouro da Juventude e Tempos Livres neste documento evidencia uma dinâmica incipiente, visto que a manifestação da sua acção resulta numa apreciação demasiadamente básica. Alude novamente ao Desporto Escolar que, como é sabido e devidamente esclarecido o Executivo Municipal pelos Deputados de PSD, não é competência das Autarquias, mas sim do Ministério da Educação, em termos de conceptualização e dos Agrupamentos Escolares, na sua operacionalização. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Relativamente ao Pelouro do Desporto, no Relatório referencia e muito bem a optimização dos equipamentos Desportivos. Contudo não disponibiliza qualquer tipo de informação relativamente aos campos de ténis, piscinas municipais e pavilhão da Escola Básica dois/três de Fazendas de Almeirim. -----

A primeira questão – Porque é que a análise da procura e oferta, os custos operativos, os planos de gestão e de marketing fundamentais para a aludida optimização dos equipamentos não fazem parte deste documento? -----

Segunda questão – Os custos de utilização dos equipamentos desportivos do concelho por parte das associações desportivas e associações sem fins lucrativos e de apoio social são transformados em subsídios indirectos? -----

Em relação ao balanço dos principais eventos realizados nos equipamentos desportivos do concelho quer desenvolvidas pela Autarquia (excepto piscinas municipais, campos de ténis e pavilhão polidesportivo da Escola Básica dois /três de Fazendas de Almeirim), quer desenvolvidas pelo Associativismo Desportivo, demonstra uma dinâmica apreciável. Contudo, na nossa perspectiva, falta, como o nome balanço sugere, o número de participantes por actividade que envolveu, o seu custo operativo e, nas actividades desenvolvidas pela Divisão de Desporto, a apreciação qualitativa das mesmas. -----

A quarta questão é sobre atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e sessenta e cinco mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento -----

Como dois mil e nove foi ano eleitoral valeu tudo para mostrar obra, ou melhor, para prometer obra! As instalações desportivas e recreativas foram inferiores em zero virgula cinco milhões de euros ao orçamentado o que não é de estranhar dado que apenas agora foi lançado o concurso público para o Parque desportivo Municipal. As creches, Centros Escolares, foram inferiores ao orçamentado em um virgula cinco milhões de euros o que era expectável e para o qual o PSD já tinha avisado no mandato anterior. Dos diversos viadutos, arruamentos e obras também a sua execução foi inferior em um virgula um milhões. Surpresos? O PSD nem por isso mas os cidadãos agora devem sentir-se enganados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No Relatório de Gestão, no capítulo referente ao Pelouro da Educação, não existe qualquer tipo de referência à intervenção de técnicos da Autarquia nas aulas da área curricular de Expressão Físico-Motora do 1º ciclo do ensino básico. Pese embora não seja competência das autarquias locais esse tipo de intervenção por ser de carácter pedagógico, a autarquia assumiu de algum tempo a esta parte essa iniciativa em virtude da manifestação, por parte docentes desse ciclo, de dificuldades de leccionação da referida disciplina. -----

Porque não foram contemplados os primeiros e os segundos anos das escolas do concelho? Em relação aos anos que tiveram esse tipo de intervenção porque é que ela só ocorreu uma vez por semana (aula de quarenta e cinco minutos) e não duas vezes por semana como referencia a gestão curricular do primeiro ciclo? -----

No que concerne às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), pela análise apresentada no Relatório, verifica-se uma adesão significativa de alunos a este tipo de projecto. Podemos verificar uma adesão no Agrupamento de Escolas de Almeirim que ronda os setenta e quatro por cento, sendo a escola que apresenta menor adesão a EB1 de Almeirim com quarenta e quatro por cento No Agrupamento de Fazendas de Almeirim a adesão situa-se nos setenta e cinco por cento, apresentando-se com menor adesão a escola da Serra com trinta e dois virgula quatro por cento. -----

Convém referir que captação de verbas do poder central para este Projecto depende do número de alunos. Ora há todo o interesse de ter o maior número de inscrições possível. No entanto fica a dúvida se após a constatação da adesão ao Projecto, nas várias áreas propostas, e respectiva entrega da operacionalização à empresa vencedora do concurso público, se a empresa faz o levantamento criterioso da assiduidade dos alunos, bem como uma avaliação da implementação do projecto. -----

Alguém no futuro vai ter de pagar tudo isto. -----

Os Critérios de valorimetria das Imobilizações implicam que a Câmara Municipal de Almeirim deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Tal é aliás obrigação da Câmara de Almeirim, pois segundo o número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro na alínea c) e d) já são obrigatórias no sentido de que todas as contas deveriam ser entregues aos membros da Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador. -----

Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e oito não está ainda, à data de vinte e sete de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Abril de dois mil e dez, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim. -----

A entidade RESIURB que detém a maioria do capital da ECOLEZÍRIA está tecnicamente falida mas não encontramos evidência do facto nas contas. -----

No dia vinte e seis de Abril a OTOC publicou o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e oito” no qual são dados destaques ao melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por duas vezes por maus motivos: por fazer parte dos “Municípios que não apresentam proveitos diferidos” e por ocupar o décimo quarto lugar (décimo sétimo no ano anterior) lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro virgula seis milhões de euros. Com o resultado de dois mil e nove vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o primeiro lugar de entre os piores de Portugal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Não quero repetir tudo aquilo que o deputado João Lopes já disse, por isso vou começar por fazer uma acusação a um documento que é eminentemente político e não técnico. Porque um documento que tem um cariz técnico é coordenado e acompanhado por políticos que foram eleitos, e é esses quem vem aqui prestar contas, não são os técnicos da Câmara. Quem presta contas neste caso é o executivo Municipal, isto é, a maioria Socialista. Por isso acuso essa maioria de vir aqui apresentar uma prestação de contas com falta de rigor, falta de transparência, má gestão e mau funcionamento dos serviços do município; não cumprimento da Lei. -----

Em segundo lugar chega apresentar como exemplo destas acusações o Mapa Geral de Bens do Património de dois mil e nove (documento obrigatório desta prestação de contas e relatório de gestão). -----

O que pudemos verificar ao analisar este documento, que tem regra definidas por Lei, e que os Mapa não contêm, tal como deveriam, a listagem de todo o património do Município. -----

Exemplos que posso apresentar: -----

As esculturas (página quinhentos e trinta e quatro do mapa): Só estão registadas três esculturas neste mapa. Ora numa contagem rápida, identifico no mínimo, cinco: -duas no exterior de biblioteca; uma na rotunda das finanças; uma na Zona norte; o Frade; --- Não temos um Museu Municipal, no Centro Coordenador de Transportes? Então e o Museu não tem espólio? É que neste Mapa não conta nenhum espólio! Nem uma peça! -----

Depois contém património que já não pertence à Câmara: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Dou como exemplos; -----

- As ETARs de Almeirim/Alpiarça, da Azeitada, da Tapada; -----

- A rede de saneamento do Concelho; -----

- A central de águas e a rede de águas; -----

- Os furos, etc... -----

Então isto não passou tudo (ou quase) para a Aguas do Ribatejo? -----

Estes equipamentos não fazem parte do capital social de Almeirim na Empresa? -----

A sua presença neste mapa, deturpa completamente o valor real do Património. -----

O mapa integra ainda patrimónios “bizarros” -----

Por exemplo, na página novecentos e vinte e um, a “limpeza da vala” com valor de aquisição de trezentos e setenta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte e um cêntimos. Que património é este? -----

O Mapa dos bens do património deve apresentar um conjunto de dados e informações: -----

A descrição dos bens; a data de aquisição; o valor de aquisição e valor patrimonial; diversas referências (por exemplo a matriculas dos carros) e, obviamente localização de cada bem. -----

Este último dado é fundamental para controlar o património e determinar as pessoas que respondem por ele. -----

Mas assim não acontece no mapa que nos foi entregue. -----

Não poderei enumerar todo o património “sem localização” definida, só citarei alguns exemplos: -----

Chapéus-de-sol do Parque Lourenço Carvalho. No mapa aparecem catorze chapéus, no local tal como poderão verificar, só estão sete colocados. Admitindo que foram adquiridos mais sete, prevendo eventuais estragos, onde estão? No armazém da Câmara Municipal? Entregues à guarda dos donos dos cafés? O património obriga a que esta questão esteja clarificada; -----

E onde andam as ventoinhas (página seiscentos e trinta e dois), os irradiadores (página seiscentos e trinta e sete e trinta e oito), os aquecedores (página seiscentos e trinta e oito e trinta e nove), os esquentadores (página seiscentos e quarenta e cinco), os termoacumuladores (página seiscentos e quarenta e nove), o frigorífico (página seiscentos e quarenta e nove), a arca congeladora (página seiscentos e cinquenta), os aspiradores (página setecentos e sete e oito), um conjunto de ferramentas, etc..etc.... e as viaturas, nenhuma está especificamente associada a nenhum serviço!!! -----

E ainda sobre as viaturas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Ao todo o mapa tem registado sessenta e sete viaturas (incluindo os pesados para transporte dos RSU). -----

Um parque de viaturas que mais parece a sucata do Godinho (amigo do Vara)! -----

Destas viaturas: -----

- Onze foram adquiridas há mais de vinte anos; -----

- Dezasseis foram adquiridas há mais de dez anos; -----

- Quarenta foram adquiridas nestes últimos dez anos. -----

Mas atenção, grande parte destas viaturas têm mais anos do que a sua aquisição, pois foram adquiridas já usadas. -----

Das seis viaturas adquiridas em dois mil e nove (aquisição que nunca foi levada a reunião de Câmara), segundo o Portal Oficial dos Ajustes Directos, onde só quatro estão registadas, duas foram adquiridas já usadas. Entre estas, o mini autocarro para transporte escolar. Será esta uma boa opção, tanto mais que as aquisições de transportes escolares estão isentas de IA, o que baixa muito o valor? -----

E serão estes “negócios vantajosos” quando o Governo tem um programa para incentivo ao abate, que para além dos benefícios ambientais, também dá benefícios económicos? -----

Por outro lado como explicar, que mais de vinte das viaturas, não têm matrícula registada no Mapa, tal como deveriam! -----

E como justificam que para além de não haver explicação para a forma de aquisição de duas das 6 viaturas que, segundo o Mapa, foram compradas em dois mil e nove, também não há explicação para o facto do valor total das viaturas, assinalado neste mapa, atingir oitenta e quatro mil seiscientos e treze euros e sessenta e sete cêntimos, quando o Orçamento de dois mil e nove só previa cinquenta mil euros para esse efeito? -----

Acusações da CDU confirmadas -----

Os factos enumerados confirmam as acusações da CDU de falta de rigor, falta de transparência, má gestão e mau funcionamento dos serviços e violação da Lei. -----

Acresce ainda a estes factos que o valor do Património registado no Mapa não coincide com o valor apresentado na Prestação de Contas. -----

Por estas razões e por muitas outras que não teremos tempo para aprofundar a CDU irá votar contra esta Prestação de Contas e Relatório de Gestão. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Embora estejamos a discutir o ponto dois, há uma conexão evidente com a informação escrita, pelo que me permite frisar a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

pergunta: Se o endividamento a fornecedores a trinta e um de Dezembro até doze de Abril duplicou de quinhentos e poucos mil euros para um milhão e duzentos mil euros? Por outro lado, volto a referir, se esta questão de um milhão e duzentos mil euros não tem a ver com o endividamento máximo permitido no curto prazo, conforme consta na página dezoito do relatório de gestão? -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Relativamente a este relatório de gestão e contas, gostava de começar por dizer que não é mais que tudo o que se tem vindo a fazer ao longo de dois mil e nove e discutindo nesta assembleia. -----

São obras que foram executadas neste último mandato, são obras estruturais que se vão reflectir ao longo de vários mandatos e que são obras que este executivo do Partido Socialista se deve orgulhar e continuar a executar em prol do Concelho de Almeirim e sua população. É de realçar a construção dos centros Escolares, Almeirim e Fazendas de Almeirim, com todas as condições que vão trazer à sua população estudantil. Realçar também o melhoramento dos parques escolares, com a instalação de quadros interactivos. É uma medida importante na senda do desenvolvimento. Relativamente ao ambiente, e como resultado do município nas Águas do Ribatejo, poderá constatar-se que várias obras foram feitas outras estão a ser executadas em prol do desenvolvimento do Concelho. -----

Temos verificado a recuperação e requalificação de várias habitações degradadas o que nos deixa orgulhosos por saber que estas famílias dispõem de melhor conforto e condições de habitabilidade dignas do século em que vivemos. -----

Salientar a instalação no Concelho de Almeirim do CDOS Distrital, passando Almeirim a ser um ponto de referencia em termos de Protecção Civil. -----

Sobre as contas, o Concelho de Almeirim apresenta um resultado líquido de três milhões novecentos e vinte cinco mil euros, é extremamente relevante. Em termos do ano de dois mil e nove, há um activo de oitenta e seis milhões e um passivo de dez. --- Dizer que em termos de investimento, que há um aumento de quarenta e três por cento em relação ao ano anterior, e dizer também, já que é uma questão que preocupa a oposição, que o município possui cinquenta e sete por cento de capacidade para contrair novos empréstimos. Tudo isto é o espelho do trabalho que tem sido executado pelo nosso município e pelo executivo municipal, de que muito o Partido Socialista se orgulha, no fundo é um trabalho que merece a nossa confiança e o nosso reconhecimento. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O que foi dito sobre estes dois documentos, e se mudássemos a data para o ano anterior, seria o mesmo que tínhamos ouvido o ano



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

passado. Normalmente a oposição não procura arranjar argumentos para que o município por ventura não fizesse investimentos, porque isso trás dispêndio nas finanças municipais. Trata-se de pintar o cenário mais negro possível para que não se faça o que o município tem intenção de fazer. -----

É evidente que no espírito da oposição, o Município de Almeirim devia ser uma ilha dentro do país. -----

Tudo está mal. É curioso que foi chamado o anuário financeiro, eu não li o livro todo, mas gostava de dar um exemplo que li, e que me fez desmotivar de ler o resto. Neste momento as duas câmaras do Distrito com menor liquidez são Santarém e o Cartaxo. O Cartaxo está no anuário financeiro, no terceiro lugar dos municípios com mais liquidez no país. Isto porque está lá mencionado a receita que vai receber das Águas do Cartaxo, que serão adjudicadas agora. Mas não estão as despesas, como a dívida de quinhentos mil euros à ECOLEZIRIA. Claro que só não está em primeiro lugar por mero acaso! -----

Por outro lado gostava de esclarecer que a RESIURB não é uma empresa, mas sim uma Associação de Municípios. Por isso, não se afigura que a RESIURB venha a ter qualquer situação de falência. -----

Os empréstimos que futuramente contraíremos, são empréstimos apenas para complemento de obras financiadas pelos fundos comunitários e não novos empréstimos para liquidar outros anteriores. -----

O Município não tem obrigação de ter um revisor oficial de contas (ROC), não é obrigatório por Lei, mas têm, porque quer usar da transparência e rigor. -----

O ROC faz alguns reparos, como é sua obrigação, ainda assim no final o ROC faz uma outra observação, que é de propor a aprovação das contas. Ora, eu não acredito que nenhum revisor oficial de contas o faça nestes pais sem que as mesmas estejam em condições, ou sejam verdadeiras. -----

GILBERTO XAVIER (Técnico Superior) » » Ouvei a bancada do MICA referir que o balanço não dava com as contas. Peço para verem a página onde estão “outras dívidas a terceiros”, nela está a soma da conta 22.1 “fornecedores conta corrente” que são de quinhentos e noventa e quatro mil quatrocentos e três mil e trinta e três, mais a dívida de fornecedores de imobilizado 26.1 sessenta mil oitocentos e sessenta e cinco. Logo o total está correcto. -----

JOÃO CARECA (ROC) » » Gostava de esclarecer alguns aspectos relativamente às reservas referidas pelo Revisor Oficial de Contas. De facto a reserva relacionada com o património é como diz o deputado da bancada do PSD, existe e está escrita uma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

diferença entre o que são os registos do cadastro e os contabilísticos. O que apuramos é que os registos do cadastro não têm a globalidade daquilo que está registado na contabilidade. Sei que está a ser feito um trabalho de reconciliação para ultrapassar esta situação. Quanto aos acréscimos e deferimentos mencionados no anuário essa situação já foi ultrapassada, daí que não faça parte da Revisão de contas deste ano. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Depois do que eu disse, fica claro que a diferença em relação ao património ainda é maior do que aquilo que aparece. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Depois da explicação do senhor Revisor Oficial de Contas, o que eu entendi, é que está em curso a tarefa de reconciliação do inventário com a contabilidade. -----

----- * **Votação do relatório de Gestão de dois mil e nove.** -----

----- DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, os documentos relativos à Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e nove, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS, quatro votos contra do Grupo MICA, três votos contra do Grupo da CDU e dois votos contra do grupo do PPD/PSD.. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» São apresentados nesta sessão da Assembleia Municipal de Almeirim os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e nove. O PSD tem sempre como perspectiva que no Relatório e Contas avalia-se a gestão do executivo durante o exercício. É uma avaliação de performance e nunca um documento meramente contabilístico, foi dessa forma que ponderámos a nossa votação. -----

Após umas análises exaustiva aos mesmos, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim tem a apontar o seguinte: -----

Património: -----

O Património que nos é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Líquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? As diferenças que apurámos em termos líquidos são de cerca de duzentos e vinte e dois mil euros. -----

Balanço Social: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu apenas em média três virgula zero quatro por horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco, e bastante menor que as sete virgula cinquenta e cinco por horas do ano anterior, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. A formação teve um custo de dezasseis virgula vinte e dois cêntimos por trabalhador. Cerca de seis por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e nove, com perda de três virgula oito dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver quarenta virgula setenta e cinco por horas, trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de trezentos e trinta e oito euro e setenta e três cêntimos por funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente; -----

Desporto e Acção Social: -----

Na introdução ao Relatório de Gestão efectuada pelo Presidente da Câmara, este não fez qualquer alusão aos Serviços de Desporto e Acção Social, ficando a percepção que estas áreas de intervenção social tiveram pouca relevância no ano de dois mil e nove. -----

No que concerne ao Relatório propriamente dito, a participação do Pelouro da Juventude e Tempos Livres neste documento evidencia uma dinâmica incipiente, visto que a manifestação da sua acção resulta numa apreciação demasiadamente básica. Alude novamente ao Desporto Escolar que, como é sabido e devidamente esclarecido o Executivo Municipal pelos Deputados de PSD, não é competência das Autarquias, mas sim do Ministério da Educação, em termos de conceptualização e dos Agrupamentos Escolares, na sua operacionalização. -----

Relativamente ao Pelouro do Desporto, no Relatório referencia e muito bem a optimização dos equipamentos Desportivos. Contudo não disponibiliza qualquer tipo de informação relativamente aos campos de ténis, piscinas municipais e pavilhão da Escola Básica dois/três de Fazendas de Almeirim. -----

Questão um – Porque é que a análise da procura e oferta, os custos operativos, os planos de gestão e de marketing fundamentais para a aludida optimização dos equipamentos não faz parte deste documento? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Questão dois – Os custos de utilização dos equipamentos desportivos do concelho por parte das associações desportivas e associações sem fins lucrativos e de apoio social são transformados em subsídios indirectos? -----

Em relação ao balanço dos principais eventos realizados nos equipamentos desportivos do concelho quer desenvolvidas pela Autarquia (excepto piscinas municipais, campos de ténis e pavilhão polidesportivo da Escola Básica dois/três de Fazendas de Almeirim), quer desenvolvidas pelo Associativismo Desportivo, demonstra uma dinâmica apreciável. Contudo, na nossa perspectiva, falta, como o nome balanço sugere, o número de participantes por actividade que envolveu, o seu custo operativo e, nas actividades desenvolvidas pela Divisão de Desporto, a apreciação qualitativa das mesmas. -----

Questão três – Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e sessenta e cinco mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento. -----

Questão quatro – Como dois mil e nove foi ano eleitoral valeu tudo para mostrar obra, ou melhor, para prometer obra! As instalações desportivas e recreativas foram inferiores em zero virgula cinco milhões de euros ao orçamentado o que não é de estranhar dado que apenas agora foi lançado o concurso público para o Parque desportivo Municipal. As creches, Centros Escolares, foram inferiores ao orçamentado em um virgula cinco milhões de euros o que era expectável e para o qual o PSD já tinha avisado no mandato anterior. Dos diversos viadutos, arruamentos e obras também a sua execução foi inferior em um virgula um milhões. Surpresos? O PSD nem por isso mas os cidadãos agora devem sentir-se enganados. -----

No Relatório de Gestão, no capítulo referente ao Pelouro da Educação, não existe qualquer tipo de referência à intervenção de técnicos da Autarquia nas aulas da área curricular de Expressão Físico-Motora do primeiro ciclo do ensino básico. Pese embora não seja competência das autarquias locais esse tipo de intervenção por ser de carácter pedagógico, a autarquia assumiu de algum tempo a esta parte essa iniciativa em virtude da manifestação, por parte docentes desse ciclo, de dificuldades de leccionação da referida disciplina. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Questão cinco – Porque não foram contempladas os primeiros e os segundos anos das escolas do concelho? Em relação aos anos que tiveram esse tipo de intervenção porque é que ela só ocorreu uma vez por semana (aula de quarenta e cinco minutos) e não duas vezes por semana como referencia a gestão curricular do primeiro ciclo? -----

No que concerne às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), pela análise apresentada no Relatório, verifica-se uma adesão significativa de alunos a este tipo de projecto. Podemos verificar uma adesão no Agrupamento de Escolas de Almeirim que ronda os setenta e quatro por cento, sendo a escola que apresenta menor adesão a EB1 de Almeirim com quarenta e quatro por cento. No Agrupamento de Fazendas de Almeirim a adesão situa-se nos setenta e cinco por cento, apresentando-se com menor adesão a escola da Serra com trinta e dois virgula quatro por cento. -----

Convém referir que captação de verbas do poder central para este Projecto depende do número de alunos. Ora há todo o interesse de ter o maior número de inscrições possível. No entanto fica a dúvida se após a constatação da adesão ao Projecto, nas várias áreas propostas, e respectiva entrega da operacionalização à empresa vencedora do concurso público, se a empresa faz o levantamento criterioso da assiduidade dos alunos, bem como uma avaliação da implementação do projecto. -----

Questão seis – Tendo em conta a abertura do novo concurso para o ano lectivo dois mil e dez dois mil e onze, o júri do concurso fez uma apreciação criteriosa da leccionação das várias áreas de intervenção do ano lectivo anterior de molde a fazer os ajustes necessários? -----

Relativamente a este projecto de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), o Grupo do PSD considera que a reorganização implementada para a constituição dos Agrupamentos de Escolas e a concessão de algum nível de autonomia e controlo administrativo e pedagógico das escolas na sua área geográfica permitiria gerir pedagogicamente de forma mais eficiente este tipo de projectos. -----

Questão sete – Porque razão a Autarquia, em vez de entregar a iniciativa de intervenção a uma empresa, com a cabimentação de duzentos e cinquenta mil Euros, não contrata os técnicos e entrega a gestão destes e respectiva intervenção pedagógica aos Agrupamentos? -----

Na nossa perspectiva essa seria a opção correcta tendo em atenção que se apresentariam as seguintes vantagens: uma melhor gestão pedagógica supervisionada pelo respectivo Conselho Pedagógico do Agrupamento; uma melhor gestão didáctica, permitindo fazer uma melhor articulação curricular vertical com os outros ciclos de escolaridade (segundo e terceiro ciclos) e respectivos grupos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

disciplinares; uma melhor gestão de recursos materiais, espaciais e temporais; garantia de uma remuneração melhor para os técnicos; e garantia no cumprimento da lei relativamente à contratação de técnicos com a formação adequada para as funções definidas. -----

Balanço e Demonstração dos Resultados:

UM - Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto 4.1.9 que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Tal é aliás obrigação da Câmara de Almeirim, pois segundo o número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número 5 –A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro na alínea c) e d) já são obrigatórias no sentido de que todas as contas deveriam ser entregues aos membros da Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador; -----

I - Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e oito não está ainda, à data de vinte sete de Abril de dois mil e dez, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim; -----

II - A entidade RESIURB que detém a maioria do capital da ECOLEZÍRIA está tecnicamente falida mas não encontramos evidência do facto nas contas; -----

III - No dia vinte e seis de Abril a OTOC publicou o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e oito” no qual são dados destaques ao melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por duas vezes por maus motivos: por fazer parte dos “Municípios que não apresentam proveitos diferidos” e por ocupar o décimo quarto lugar (décimo sétimo no ano anterior) lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro virgula seis milhões de euros. Com o resultado de dois mil e nove vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o primeiro lugar de entre os piores de Portugal; -----

Análise Orçamental / Económica: -----

O Grau de Cumprimento Orçamental das despesas correntes é cerca de noventa e dois por cento, enquanto que o das despesas de capital é de, apenas, cinquenta e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

cinco por cento, Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas; -----

Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas de capital - transferências de capital são inferiores ao previsto em cerca de dois virgula seis milhões de euros. Esta maioria Socialista não consegue orçar com credibilidade; As despesas aumentaram comparativamente a dois mil e oito cerca de dois virgula três milhões de euros (mais dezasseis por cento, principalmente pelo aumento das despesas correntes em cerca de um virgula um milhões euros (mais dez por cento), tendo inclusive as despesas de capital aumentado um virgula dois milhões euros (mais trinta e seis por cento); -----

Das despesas correntes se excluirmos o efeito derivado das competências com gestão escolar que o Município assumiu, vemos que os aumentos mais significativos foram para a aquisição de bens e serviços em quinhentos e quarenta e quatro mil euros (mais onze por cento) sendo duzentos e cinquenta mil um aumento nos enigmáticos outros bens e em outros serviços; -----

A CMA não está a resolver o seu problema estrutural com as despesas correntes. O défice estrutural é neste momento de quinhentos e vinte e oito mil euros, ou seja, o Município tem despesas correntes superiores em quinhentos e vinte e oito mil euros que as receitas correntes que gera. Tal não é novo; -----

Que despesas tão especiais serão estas as que não têm lugar em nenhuma das quarenta e cinco categorias de despesas anterior mas ajustam que nem uma luva em “outros bens” e em “outros serviços”? São mais de um virgula quatro milhões de euros numa rubrica supostamente residual mas que em Almeirim vale oito por cento do total das despesas? -----

Relatório do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas: -----

Não nos foi entregue o Relatório do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas com a antecedência legal obrigatória para as Assembleias Municipais. -----

Cumprimento da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove republicados pela Lei cinco – A barra dois mil e dois. -----

Diz o artigo supra citado que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara: *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;”*. O executivo não cumpre aquilo que está definido na Lei pois não apresenta as obrigações latentes, ou seja, não são referidos os processos em Tribunal (artigo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

cinquenta e três, número um, alínea e) e artigo sessenta e oito, número quatro todos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro) em nenhum lado da apresentação de contas, que deveriam ser provisionados consoante a expectativa de sucesso nos processos. -----

Em Conclusão -----

As contas de dois mil e nove evidenciam que se realizaram todas as despesas previstas a nível corrente como os salários, electricidade, pequenas reparações, juros, prestações de serviços mas ao nível dos investimentos este exercício ficou muito aquém do esperado. -----

Preocupa, acima de tudo, o grande desequilíbrio orçamental ao nível das despesas correntes de quatro virgula três por cento das mesmas. Em termos globais se somarmos as receitas correntes e de capital estas são sensivelmente iguais à soma das despesas correntes e de capital. Como é isto possível? Porque, em termos líquidos, foram realizadas receitas de capital – empréstimos bancários a vinte anos – para pagar despesas correntes como salários, pequenas reparações e despesas de funcionamento normais. As receitas com empréstimos foram cerca de um virgula dois milhões de euros e os pagamentos de empréstimos (fora juros) cerca de zero virgula seis milhões. Na prática pagaram-se também os empréstimos com novos empréstimos. -----

Qualquer cidadão com pouco conhecimento económico percebe facilmente que este caminho é uma trajetória descendente que inevitavelmente acabará numa situação de ruptura financeira. -----

Não podemos concordar com esta gestão ruínosa. -----

Face ao exposto, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e nove. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Abril de dois mil e dez. O Grupo PPD/PSD

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Grupo da CDU vota contra e faz Voto de Vencido na Prestação de Contas e o Relatório de Gestão relativos ao ano de dois mil e nove por considerar que estes apresentam falta de rigor, falta de transparência, não cumprem a Lei e traduzem a má gestão e mau funcionamento da Câmara de Almeirim gerida pela maioria PS. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Para além do exemplo, do Património do Município, apresentado durante o debate, para a CDU, existem ainda outras questões que nos levam a fazer voto de vencido: ---

- A Autarquia ultrapassou o limite legal de endividamento, situação denunciada por nós, diversas vezes durante o ano de dois mil e nove; -----
- O aumento do nível de endividamento; -----
- A utilização de Empréstimos de Capital para cobrir despesas correntes; -----
- A diferença existente no valor patrimonial apresentado no Balanço e no Mapa do Património; -----
- A Autarquia não cumpre o POCCAL, continua sem ter contabilidade analítica; -----
- A má previsão orçamental que é reflectida pelos três milhões e duzentos e cinquenta mil euros de diferença que existem entre o Orçamento apresentado para dois mil e nove e a Prestação de Contas relativas ao mesmo ano; -----
- E para findar, bem que outros exemplos e razões poderiam ser apresentados da má gestão, temos ainda o número de dias perdidos decorrentes de acidentes de trabalho, que segundo o Balanço social foram setecentos e trinta e sete, isto é mais de dois anos de trabalho e mais do dobro do ano anterior (trezentos e sessenta e nove dias dois mil e oito). -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

RUI PIRES (Grupo do PS) » » O Grupo do Partido Socialista analisou criteriosamente os documentos que agora nos são apresentados no cumprimento rigoroso das disposições legais e procedimentos democráticos de transparência, rigor e competência. -----

Da observação que fizemos às contas resultam as seguintes considerações: -----

O Município de Almeirim não possui serviços municipalizados não detêm a totalidade do capital (cem por cento) em qualquer entidade do sector empresarial local, pelo que não deve apresentar as contas consolidadas. -----

Nestas circunstâncias, também não tem que ter obrigatoriamente, um ROC (Revisor Oficial de Contas), no entanto, o Executivo, e quanto a nós bem, entendeu ter uma entidade externa, credível e certificada para que os seus documentos e processos contabilísticos não deixassem dúvidas. -----

Dai, registarmos com muito agrado que o ROC acompanhou os movimentos da receita e da despesa e tudo foi cumprido conforme as disposições legais e os os princípios contabilísticos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Mas a nossa observação não se quedou pelos “Documentos de Prestação de Contas” também o “Relatório de Gestão” mereceu a nossa atenção e daí concluímos que apesar das dificuldades o Executivo maioritariamente socialista procedeu a investimentos que em muito enriqueceu o nosso Concelho e dignificou a classe Socialista autárquica. -----

Se não, vejamos: -----

Educação: -----

Este é um capítulo em que muito nos orgulhamos de ter sido consolidado o PET 21 que tem sido assinalado como um exemplo a nível Nacional. -----

Montaram-se quadros interactivos em todas as salas de aula de Marianos a Almeirim; Distribuíram-se computadores a todos os alunos do primeiro ciclo; Formaram-se professores; Começaram-se a construção dos Centros Escolares de Almeirim e Fazendas. -----

Ambiente: -----

Por acção das Águas do Ribatejo, de que a câmara é fundadora; -----

Reconstruíram-se as estações elevatórias de águas residuais do largo General Guerra e da Zona Norte; Construíram-se as redes de Águas Residuais de Paço dos Negros e Foros de Benfica; Iniciou-se a extensão das Redes em fazendas de Almeirim abrangendo o Vale da Rainha, e outras pelo Concelho, sempre que necessário; Iniciou-se a substituição da Rede de Águas de Paço dos Negros; Lançaram-se vários concursos para outras empreitadas. -----

Regeneração urbana e transito: -----

Neste capítulo salientamos; a requalificação da Rua Condessa da Junqueira, onde foram substituídas a arborização e iluminação, a requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, com a sua reconversão total em Praça moderna e bonita; Ra Rua do Paço foram demolidas habitações velhas e fez-se um novo Parque de Estacionamento; Na Rua Bernardo Gonçalves com a Rua Gonçalo da Silveira, compraram-se habitações velhas, demoliram-se e fez-se novo parque de estacionamento; Procedeu-se à iluminação de algumas fachadas, construiu-se mais um troço da circular urbana entre a EN 114 e a estrada de Vale Barrocas; Requalificaram-se mais algumas Ruas em Fazendas de Almeirim, colocando infra-estruturas e alcatroamento. -----

Protecção civil: -----

Não podemos deixar passar em claro tudo o que se tem feito para que esteja instalado em Almeirim o CDOS Distrital; Está-se a transformar o nosso Concelho em grande centro da área da protecção civil. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Por tudo isto, votámos a favor. O Grupo do Partido Socialista. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Para justificar o nosso sentido de voto, consideramos que não foi explicado a diferença relativamente às dívidas a fornecedores, que são registadas sucessivamente. Pelas informações que tem sido presente à Assembleia e as implicações que essa circunstância tem ao nível da capacidade de endividamento do Município. São questões suficientemente relevantes para justificar o nosso sentido de voto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos de imediato ao ponto três da Ordem de trabalhos. -----

PONTO TRÊS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E DEZ DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A justificação para que a primeira revisão orçamental venha nesta Assembleia e não na de Junho, como a generalidade dos municípios faz, é pela urgência. No entanto, no ano anterior já seguimos este critério, o de propor a primeira revisão orçamental na mesma assembleia da aprovação das contas em fase posterior. Isto é sobretudo para introdução do saldo do exercício anterior, mas também para reforçar rubricas que são de urgência, que não se compadecem com a espera da assembleia de Junho. Temos o Centro Escolar de Fazendas em curso, estamos a lançar o concurso da circular urbana de Almeirim, o largo General Guerra já está em andamento, a Casa da Cultura das Fazendas, queremos fazer a o mais breve possível. O reforço destas rubricas é pois uma urgência, isto para responder às pressões que têm sido feitas para aumentar a execução do QREN, que como sabemos começou tarde. Dai o facto da proposta ter vindo nesta Assembleia. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, e sendo que se trata de uma revisão orçamental, é necessário falar brevemente do sentido de voto do PSD na aprovação do orçamento para dois mil e dez. Nessa altura o PSD votou contra porque ele pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam do mandato anterior, sem que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. -----

A poluição da Vala de Alpiarça mantém-se. Apesar da Câmara orçamentar verbas para a limpeza da mesma, não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública. -----

Falta de execução do estipulado na Carta Educativa do Concelho de Almeirim. Necessidade de elaborar a Carta Desportiva no Concelho. -----

Na área da educação e cultura fica por planear a construção da Biblioteca Municipal nas Fazendas de Almeirim, freguesia com a mesma população do concelho de Alpiarça, pelo que o PSD de Almeirim lamenta esta falta de visão estratégica do Partido Socialista local. -----

A problemática social presente, quer pela mais crescente e evidente sinais de pobreza de precariedade familiar e social, quer pela quantidade de famílias assoladas pelo problema crescente de desemprego, é claramente insuficiente. -----

Refira-se a falta de apoio às famílias e aos trabalhadores Almeirinsenses que num momento de crise necessitam que haja criação de emprego e geração de riqueza mas as políticas de investimento deste executivo não levam a nada disso. -----

Falta de visão estratégica do ponto de vista fiscal. Defendemos a derrama à taxa zero com forma de captação de investimentos para o Concelho e o conseqüente aumento de empregos e fixação de população. Defendemos igualmente que a taxa de IMI nos imóveis avaliados ao abrigo no CIMI deveria ser a mínima para não penalizar quem compra imóveis actualmente, principalmente os jovens e reduzir a distorção fiscal gritante. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Penso que o senhor deputado se está a afastar claramente do assunto que está em discussão. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Termino já senhor Presidente. Vai ver que no final chegarei ao ponto. -----

O orçamento prevê um aumento de dois virgula quatro milhões de euros de endividamento. Tal acarreta aos cofres dos Municípios cerca de cento e vinte cinco mil euros anuais de responsabilidade a pagar durante vinte anos. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil e quinhentos euros para quase trezentos funcionários. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

São atribuídos subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, dois virgula três por cento do orçamento, de forma indiscriminada. O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

Isto para dizer que iremos votar desfavoravelmente esta revisão. -----

E com isto termino senhor Presidente. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de demonstrar alguma estranheza pelo facto de esta proposta só estar assinada pelo senhor Presidente e quatro Vereadores. Os Vereadores da oposição já não assinam os documentos? -----

É estranha esta forma de maioria absoluta de trazer sempre as revisões orçamentais nesta altura. Trás uma no final do ano, depois das despesas consumadas, depois trás outra a contar com o futuro. -----

Nesta revisão a CDU vai-se abster. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se me permite o comentário, não me admira nada que estranhe, porque na verdade nunca experimentou uma maioria absoluta. ----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Ouvei atentamente a observação do deputado João Lopes, e fiquei confundido, porque nesta Assembleia, e sobretudo no ponto anterior, eu julgava que tinha sido criticado por ter aumentado os empréstimos, as dívidas aos fornecedores, a câmara está na banca rota...a sua intervenção foi a apelar à diminuição das receitas...afinal, qual é o caminho? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» De facto eu não disse que a Câmara está na banca rota, o que eu disse foi que a Câmara tem um défice estrutural grave que tem de ser corrigido, e que obviamente o caminho último será esse. Esta situação combate-se pela via da diminuição da despesa. -----

----- * **Votação da primeira revisão orçamental de dois mil e dez.** -----

----- DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, a primeira revisão orçamental de dois mil e dez, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Quatro abstenções do grupo MICA. Três abstenções do Grupo da CDU e dois votos contra do grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) A Câmara Municipal de Almeirim apresentou hoje, nesta Assembleia, a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dez, onde se inclui o saldo da gerência anterior e despesas de igual montante. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No início deste mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim ele pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam do mandato anterior, sem que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. -----

A poluição da Vala de Alpiarça mantém-se. Apesar da Câmara orçamentar verbas para a limpeza da mesma, não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública. -----

Falta de execução do estipulado na Carta Educativa do Concelho de Almeirim. Necessidade de elaborar a Carta Desportiva no Concelho. -----

Na área da educação e cultura fica por planear a construção da Biblioteca Municipal nas Fazendas de Almeirim, freguesia com a mesma população do concelho de Alpiarça, pelo que o PSD de Almeirim lamenta esta falta de visão estratégica do Partido Socialista local. -----

A problemática social presente, quer pela mais crescente e evidente sinais de pobreza de precariedade familiar e social, quer pela quantidade de famílias assoladas pelo problema crescente de desemprego, é claramente insuficiente. -----

Refira-se a falta de apoio às famílias e aos trabalhadores Almeirinsenses que num momento de crise necessitam que haja criação de emprego e geração de riqueza mas as políticas de investimento deste executivo não levam a nada disso. -----

Falta de visão estratégica do ponto de vista fiscal. Defendemos a derrama à taxa zero com forma de captação de investimentos para o Concelho e o conseqüente aumento de empregos e fixação de população. Defendemos igualmente que a taxa de IMI nos imóveis avaliados ao abrigo no CIMI deveria ser a mínima para não penalizar quem compra imóveis actualmente, principalmente os jovens e reduzir a distorção fiscal gritante. -----

O orçamento prevê um aumento de dois virgula quatro milhões de euros de endividamento. Tal acarreta aos cofres dos Municípios cerca de cento e vinte cinco mil euros anuais de responsabilidade a pagar durante vinte anos. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil e quinhentos euros para quase trezentos funcionários. -----

São atribuídos subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, dois virgula três por cento do orçamento, de forma indiscriminada. O PSD continua a defender a existência



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

Se deixarmos por mais alguns anos que este tipo de gestão continue todos os Almeirinsenses, que se vêm a braços com carências a nível de saúde e cuidados médicos, emprego, estradas e acessibilidades, escolas, saneamento, apoio social e desenvolvimento e não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Face ao exposto, dado que esta revisão orçamental não altera significativamente o orçamento e o Plano para dois mil e dez, os quais votámos contra, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dez. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Abril de dois mil e dez. -----

O Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) » » Nesta declaração de voto não só reforçamos o sentido do nosso voto como nos orgulhamos da proposta ter aparecido nesta data com o propósito de acelerar algumas obras com verbas aqui reforçadas, como: -----

O Centro escolar de Fazendas de Almeirim, novos troços da circular urbana; requalificação do Largo General Guerra e a casa da Cultura das Fazendas de Almeirim. -----

Por tudo isto votamos a favor desta revisão. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) » » votei favoravelmente a proposta de Revisão orçamental dada a possibilidade de integração do saldo da gerência anterior com a aprovação dos documentos da prestação de contas de dois mil e nove. -----

Finalmente refiro que as rubricas reforçadas se referem a investimentos financiados pelo FEDER que se encaram de toda urgência. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Passarmos de imediato ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO "REGULAMENTO MUNICIPAL E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS" DE ACORDO COM DA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço ao senhor Presidente da Câmara que faça a introdução do ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta tabela do regulamento de Taxa de Licenças, foi uma proposta que por força de uma actualização do regulamento que estava completamente desactualizado e ultrapassado e também pela Lei cinquenta e três E, que estabelece agora o prazo para o fazer. Pedimos um estudo económico, e estabelecendo alguns encontros com outras câmaras vizinhas, sobretudo para que as taxas de alguns serviços nomeadamente das obras fossem incluídos com alguma coerência regional. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O senhor Presidente da assembleia lembre-se da reunião de preparação que tivemos sobre esta Assembleia, onde em nome da CDU, solicitei que nos fosse entregue o estudo económico que sustentava esta proposta, visto que esse estudo é obrigatório por Lei. A proposta de valores tem que ser elaborada seguindo os critérios da Lei cinquenta e três E de dois mil e seis, concretamente de vinte e nove de Dezembro, sustentada num cálculo e numa avaliação de estudo financeiro. O senhor Presidente da Assembleia, lembra-se que nessa reunião me foi dito que não me seria dado esse estudo? O que acontece, é que o senhor Presidente da Câmara fez uma triste figura, isto porque fez a figura de “gato escondido com o rabo de fora”. Explico porquê. Eu insisto neste aspecto de pormenor, porque é um direito do grupo da CDU ter esse estudo pela via institucional. A verdade é que ele está no website da Câmara e publicado em Diário da República. Para vermos até que ponto é a teimosia de não querer dar uma coisa que está em todo o lado. -----

Sobre a matéria, eu diria que este estudo foi feito para servir de base ao valor das taxas e licenças a apresentar depois de trinta de Abril. -----

Diz assim o número dois do estudo económico; “ a Câmara Municipal de Almeirim não dispõem de um sistema de contabilidade analítica de exploração que espelhe os custos de funcionamento das organizações, lançados por centros de custo e respectivos proveitos, o que constituiria uma base concreta para estudar os números e custos unitários das diferentes actividades desenvolvidas, e no caso das actividades



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

geradoras, o conhecimento do diferencial entre a taxa praticada e o custo real das actividades desenvolvidas..."Quer isto dizer, que a empresa que fez o estudo, diz que não dispõe de elementos fundamentais para avançar com um valor concreto. Por tudo isto, obviamente que o Grupo da CDU só pode votar contra. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, a regulamentação das tabelas de taxas e licenças foi aprovada pela Lei cinquenta e três E de dois mil e seis, que diz claramente no seu artigo oito, que para a criação das taxas, tem de haver um regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respectivo, e é por isso que aqui vem. Quero acrescentar uma coisa, que é a Lei cento e dezassete de vinte e nove de Dezembro, vem fazer uma alteração a esta mesma Lei cinquenta e três E de dois mil e seis, e o que ela vem alterar é a sua entrada em vigor. Diz esta alteração que todas as taxas para as autarquias são revogadas no dia trinta de Abril de dois mil e dez. Ou seja, nós temos de aprovar este ponto por minuta, para que entre de imediato em vigor pois as taxas caducam hoje. -----

Quanto ao Estudo Económico que é obrigatório segunda a Lei e que não nos foi distribuído, devo dizer que este foi publicado na segunda série do Diário da República de quatro de Fevereiro de dois mil e dez através do Edital oitenta e seis de quatro de Fevereiro. A questão que coloco é porquê tentar esconder o que é público? E ainda por cima obrigatório por Lei? Tal é uma falta de respeito por esta Assembleia e em especial pelo seu Presidente que não merecem este tratamento. -----

Pelo exposto a bancada do PSD vai abster-se nesta votação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Quero dizer que não há nada na Lei que obrigue a trazer o estudo económico à Assembleia Municipal. O documento que tem de vir, é o que se vai votar. Muitas propostas são trazidas a este órgão, e os seus estudos não as acompanham. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Depois da explicação do senhor Presidente da Câmara, em relação à qual tenho algumas reticências, penso que não ficaria mal, informar pelo menos que o estudo estava publicado em Diário da República. -----

----- * **Votação da proposta do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas e Licenças** -----

----- DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, o Regulamento Municipal e a Tabela de Taxas e Licenças, com quinze votos a favor do grupo do PS. Quatro abstenções do MICA. Três votos contra do grupo da CDU, e duas abstenções do grupo do PPD/PSD. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Entrou um requerimento na Mesa, a solicitar o prolongamento da sessão por mais uma hora. -----

----- * **Votação do Requerimento** -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Na presente Declaração de voto há dois aspectos que queremos salientar: -----

O facto do Executivo Municipal proceder à actualização de um regulamento que estava ultrapassado no tempo (há mais de dez anos) que não era revisto e por isso desajustado da actual realidade; -----

E o facto de ter mandado proceder a um estudo económico e também à concertação com outras Câmara na busca de uma proposta coerente: -----

Por tudo isto, é mais que justificável o nosso voto a favor. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU votou contra este regulamento de taxa e licenças, não por considerar que ele não seja importante, mas sim pela falta de democracia e transparência que ocorreu durante todo o processo, e porque continuamos a afirmar que era obrigatório por parte do executivo, entregar o estudo económico que esteve na base da proposta. -----

PONTO CINCO - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO DE ALMEIRIM, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CENTO E CINQUENTA E SETE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E UM BARRA DOIS MIL E CINCO, DE VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existe uma proposta do Grupo do Partido Socialista, que indica como representante do Conselho Cinegético para o Concelho de Almeirim o autarca senhor Manuel Bastos Martins, Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim. -----

Outras propostas que queiram fazer, à mesa estamos disponíveis para as receber. ----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Vamos passar à eleição do autarca para o Conselho Cinegético, que nas circunstâncias, será por voto secreto. No impresso (voto) será escrito “SIM”; “Não” ou em branco. -----

----- * **Eleição do autarca da Assembleia para o Conselho Cinegético.** -----

----- DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, o representante da Assembleia Municipal de Almeirim, senhor Manuel Bastos Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim) para integrar o Conselho Cinegético do Concelho de Almeirim. Com dezanove votos (SIM) e seis votos (BRANCOS). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao último ponto da ordem de trabalhos, visto que o ponto sete foi retirado com a aprovação da Assembleia. -----

PONTO SEIS - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA Z.HR.B – ZONA NORTE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de chamar á atenção dos senhores deputados para a planta que está na documentação distribuída, onde está assinalado o lote noventa e oito, que é aquele que está em causa neste momento, e o que vai obrigar a esta pequena alteração do Plano de Pormenor da Zona Norte. Se verificarem, a delimitação do logradouro desse lote, entra no lote que esta imediatamente na face posterior, que é do sogro do morador do lote noventa e oito, dai o facto de o sogro lhe ter cedido essa parte do logradouro, oitenta metros quadrados, para fazer a ampliação das instalações que pretende fazer. A sua intenção é de alargar o anexo que está definido nesse rectângulo, por uma área exactamente igual aquela que está virada para o lote noventa e oito. -----

Isto é um acordo entre familiares, sogro e genro, mas o que não é menos verdade, é que essa alteração do lote, implica uma alteração do Plano de Pormenor, e é isso que se pede neste momento à Assembleia Municipal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para este ponto ser retirado da ordem de trabalhos. Não o fiz na reunião da Comissão, a quando da preparação desta assembleia, mas faço-o agora. O meu pedido é pela seguinte razão; as alterações aos planos de pormenor



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

têm regras previstas na Lei. Um Plano de Pormenor é constituído por um regulamento, com planta de implantação, uma de condicionantes...um relatório fundamentado das soluções a adoptar ...Conclusão, estão aqui a propor a sexta alteração...o que eu quero dizer, é que este plano de pormenor ficou mal feito desde o seu início...por isso já vai na sexta alteração. -----

Não sei se esta sexta alteração colide com outros elementos que fazem parte do conteúdo do Plano! Como não conheço o regulamento e relatório das soluções propostas, e como até me parece que esta alteração foi aprovada em reunião de Câmara, numa reunião que eu estava de férias, e até porque, e até porque não estamos a discutir uma questão de três por cento, e até porque esta alteração vai acrescentar área, por isso, gostava de ter acesso aos restantes documentos para compreender se estamos ou não a cumprir com a Lei. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A minha intervenção é para chamar à atenção, que existe no processo distribuído, um relatório justificativo, feito pelo Arquitecto Artur Sampaio, técnico da Câmara Municipal de Almeirim, responsável pelo PDM e Planos de Urbanização. No meio do documento que nos envia, diz assim; “A presente proposta de alteração, implica uma alteração insignificante dos parâmetros urbanísticos iniciais do Plano de Pormenor”. Está lá a área de construção definida. Será que uma alteração de oitenta metros quadrados, que implica uma alteração insignificante, é razão para tirar o ponto da Ordem de Trabalhos? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes da senhora deputada fazer a sua intervenção, vou-lhe anunciar que não vou retirar o ponto da ordem de trabalhos. Aquilo que havia a retirar, foi feito por votação da Assembleia. Neste momento não vejo que haja necessidade nem razões para o fazer. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O senhor arquitecto refere de facto um conjunto de legislação, que eu própria referi, mas não refere outra legislação, que também incide sobre esta matéria. O que eu quero saber, é o que me leva a votar uma alteração nesta Assembleia. Por isso se deve trazer todos os documentos devidos, relativos a cada assunto, e este não é excepção. -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Quero apenas dizer que a proposta se encontra bem fundamentada, e que tratando-se de uma alteração insignificante, o grupo do Partido Socialista votará a favor da proposta, com a nuance que esta proposta é elaborada e assinada por um técnico da Câmara Municipal que nos merece toda a confiança. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação da proposta de alteração do PP.** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, a alteração ao Plano de Pormenor da Z.Hr.B – Zona Norte de Almeirim, no sentido de ser permitida a ampliação da área de anexos do lote número noventa e oito até ao máximo de oitenta metros quadrados, com dezasseis votos a favor do grupo do PS, quatro votos a favor do grupo do MICA, três votos contra do grupo da CDU e duas abstenções do grupo do PPD/PSD, -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço agora a atenção a todos os deputados, para a intervenção do público, nomeadamente de um jovem, cuja participação devemos acarinhá-la e fomentar. Ele chama-se Miguel Feneja Viterbo Dias, reside em Almeirim na Urbanização da Quinta de São Miguel. -----
Tens a palavra Miguel. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

MIGUEL FENEJA VITERBO DIAS »» Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Digníssimos Deputados Municipais. -----

Com o aproximar do Dia da Criança, julgo essencial abordarmos o aspecto da juventude em Almeirim. A Câmara Municipal há muito que parece ter deixado de se preocupar com a juventude, partindo a maioria das iniciativas por parte de entidades privadas e/ou clubes desportivos do concelho. -----

Isto porque, apesar de todos os equipamentos disponíveis, seja cine-teatro, parques desportivos, parque Zona Norte, entre outros, as iniciativas são poucas e acima de tudo, são as mesmas há largos anos. A verdade é que para além das férias desportivas, não há actividades para um sector etário entre os catorze e dezoito anos.

Em virtude disso, gostaria de perguntar à Câmara Municipal de Almeirim se: -----

Está previsto ou em equação de uma semana da juventude, que poderia incluir concertos, workshops, debates e conferências? -----

Está previsto ou em equação a criação de um cartão jovem municipal, à semelhança daquilo que fez o Cartaxo ou Santarém, com vista a fomentar o comércio tradicional e os hábitos de consumo dos jovens? -----

Se está previsto a criação de um Conselho Municipal de Juventude, importante órgão consultivo para dar voz aos jovens e às Associações de jovens? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Depois da intervenção do jovem Miguel, a qual agradeço, dou por encerrada a Sessão de Abril. -----

Às vinte e três horas e quarenta minutos do dia trinta de Abril deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
